

Defender legalidade reprimir renitentes

Está tudo legal. Descansem à vontade e desculpem-nos o incómodo. Boa-noite. **Palavras de um componente das brigadas de verificação da «Operação Produção», após ter identificado os residentes de um domicílio.**

Assistimos a este tipo de actuação correcta. Mas também tivemos a oportunidade de presenciarmos casos incorrectos na forma de agir de certos elementos que compõem as brigadas. Os que foram denunciados, tiveram a punição que merecem.

A fase compulsiva da «Operação Produção», é a que mais tem dado «muito pano para mangas» nas conversas do dia-a-dia das cidades. No caso dos improditos e desempregados esta fase é a mais difícil porque não têm outra hipótese senão serem interpelados pelas brigadas e, conseqüentemente, serem encaminhados para onde de facto fazem mais falta.

A cidade está pesada. Ou melhor, estava muito pesada. Porque os improditos constituíam um peso que não conseguíamos suportar —

escutámos a passagem dum conversa sobre o assunto.

Mas também há outros comentários como este: **Eu não tenho culpa que haja pessoas que não produzam e que por isso tenha de aturar pessoas malcriadas lá em casa** — referiam-se à actuação incorrecta de certos elementos que compõem as brigadas de verificação, e que se aproveitam da situação para «fazer passar mal» quem de facto está legal. Legal em termos de objectivos da «Operação Produção».

As duas situações que apontamos inicialmente são um facto real que nós próprios (a título de assistentes) acompanhámos de perto. E ficámos com a impressão de que alguns assim procediam, os que agem incorrectamente, sem se aperceberem da gravidade da sua actuação. Claro está, os que assim procederem devem ser denunciados, para serem punidos como sucedeu com os elementos de uma brigada actuando no Bairro da Urbanização, quinta-feira passada, à noite, que forçaram a entrada numa residência, depois de terem afirmado: «Abra essa porta depressa. A quem querem esconder? Rápido senão arrombamos».

TRIBUNAIS NÃO SÃO POR ACASO

Os tribunais de bairro que foram para o fim criados nos diversos postos de verificação da cidade de Maputo, têm por objectivo garantir que não haja pessoas lesadas

sem de facto pertencer ao grupo de improdutivos.

Nos tribunais, o detido tem o direito de se pronunciar sobre a sua vida, como se mantém, etc. Casos mais frequentes são o de mães solteiras, domésticas, que vivem em casa de seus pais. Ou de mulheres casadas que por os seus cônjuges estarem transferidos para outros pontos do país, ou no exterior, viverem sós e com documentação que não as identifique como trabalhadoras.

Aí os tribunais tiveram de ponderar caso por caso, com especial atenção às declarações dos chefes de quarteirão que têm um papel muito importante nesta campanha. De louvar o papel da maioria deles, que denunciam aqueles que de facto estão a mais na cidade e responsabilizam-se pelos que, embora



Julgamento num tribunal de bairro. Ao fundo, um chefe de quarteirão, pronunciando-se sobre a vida dos suspeitos



Sem nenhum problema, o velho à esquerda identificou-se perante uma brigada de verificação. «Tudo legal» — foi o fim da conversa

não tenham ainda um cartão de trabalho são produtivos e úteis à sociedade.

O processo ou método de trabalho dos tribunais a que nos referimos, é justo e radical. Num dos julgamentos a que tivemos a oportunidade de assistir, numa noite da semana passada, presenciamos o seguinte:

Um jovem, que disse regressar dos treinos de futebol, passou por um bairro onde foi interpelado por uma brigada de verificação. Tinha cartão de trabalho, bilhete de iden-

tidade, mas não trazia o cartão de residente. Foi detido. Mas perante as suas declarações, o tribunal local decidiu investigar, e constatou que de facto o indivíduo estava legal e que não trazia cartão de residente porque o tinha perdido.

Em conversa com secretários de GD's, ficámos a saber que nesta fase há muitos roubos de documentos que depois são falsificados, por parte de marginais, para se «safarem» da 2.ª fase da «Operação Produção».

Benjamin Chaguala, Juiz Presi-

dente do Tribunal Popular do Bairro Patrice Lumumba, em Maputo, que nos convidou a assistir a um julgamento, chamou-nos à atenção para o seguinte aspecto: Porque há patrões que não querem entrar em contatos com a Fazenda, nesta fase expulsaram os seus empregados. Portanto, muitos aparecem aqui como desempregados, por não terem identificação que comprove a sua ocupação profissional, mas que de facto são empregados, como confirmam os chefes de quarteirão, vizinhos e outros habitantes do bairro. Ai temos de ter muito cuidado, para não misturarmos marginais com pessoas honestas e trabalhadoras.

E o responsável dos Assuntos Sociais do Círculo de Hulene diria: Este processo é, e deve ser, político. A verdade é que nesta segunda fase do processo há necessidade de sermos um pouco exigentes para com os renitentes. Porque os que não são renitentes, vejam só, na primeira fase inscreveram-se muitos voluntários que, hoje, estão integrados em tarefas produtivas em alguns distritos da província do Maputo.

O mesmo responsável de base informou-nos: ainda que, ali não há favoritismo ou tentativas de vingança por parte de certos membros das brigadas e outro tipo de estrutura que sejam consumados, porque a última decisão cabe aos tribunais locais ou se necessário aos de instância superior. □